



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 301722-1**  
**APELANTE: DISK ELETRICIDADE LTDA E OUTROS**  
**APELADO: BANCO SANTANDER S.A.**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**Sexta Câmara Cível**

233

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRELIMINARES DE CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO E DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADAS. JUROS REMUNERATÓRIOS SÃO DEVIDOS DE ACORDO COM A TAXA CONTRATADA. É DEVIDA A CAPITALIZAÇÃO MENSAL. MP 2.170-36/2000.**

- **PRELIMINAR DE CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO: REJEITADA.** A carência de ação é definida quando não há a possibilidade jurídica do pedido, legitimidade de partes e interesse processual, conforme determina o art. 267, VI do CPC. No caso dos autos, tem-se que a ação executória encontra-se embasada em título executivo extrajudicial, que possui certeza e liquidez,

- **PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA: REJEITADA.** Verifica-se da análise do título que a juíza singular formou seu convencimento com observância das cláusulas do contrato firmado pelas partes, o que se mostra suficiente ao julgamento da lide.

- Os juros remuneratórios são devidos de acordo com a taxa contratada; salvo se comprovado, *in concreto*, que são abusivos, assim entendidos aqueles que discrepem significativamente da média praticada no mercado.

- A capitalização mensal é válida nos contratos efetuados após a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), desde que haja previsão contratual.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso de apelação.**

Recife, 24 de Setembro de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS- RELATOR**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

226,

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0301722-1**

**APELANTE: DISK ELETRICIDADE LTDA E OUTROS**

**APELADO: BANCO SANTANDER S.A.**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível em face da sentença (fls. 112/112v) que, nos autos dos embargos à execução, julgara improcedente a pretensão autoral, declarando em decorrência, a extinção do processo com resolução do mérito, com base no art. 269, I, do CPC.

Às fls. 115/164, a apelante apresenta suas razões recursais, suscitando, preliminarmente, a carência de ação e o cerceamento do direito de defesa.

No mérito, alega que a existência da dívida atual decorre do cometimento de ilegalidades por parte do banco recorrido, o qual teria aplicado taxas de juros extorsivas, multas acima do limite legal de 2%, assim como cobrado taxa de abertura de crédito (TAC) e encargos não previstos no contrato.

Sustenta que o banco recorrido praticou anatocismo e que aplicou, acumuladamente, comissão de permanência e correção monetária.

Requer a apelante que sejam conhecidas as preliminares, com a nulidade da sentença, e, sucessivamente, requer a correção da dívida com base nos juros de 12% ao ano, o cálculo dos juros de forma simples, a exclusão da comissão de permanência e juros remuneratórios e demais encargos de mora das prestações em atraso, assim como a exclusão da cobrança de taxa de permanência sobre o valor contratado e a exclusão da cobrança da TAC.

Requer, ainda, a condenação de restituição em dobro, e a incidência da multa de 2% ao mês e juros de 1% ao mês sobre as prestações em atraso.

Por fim, pugna pela declaração de nulidade da cláusula contratual

cvs



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

227

que prevê a cobrança de honorários advocatícios por força de inadimplência e a compensação com os valores pagos pelos embargantes.

É o Relatório.

À revisão.

Recife,        de                    de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

234

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0301722-1**  
**APELANTE: DISK ELETRICIDADE LTDA E OUTROS**  
**APELADO: BANCO SANTANDER S.A.**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**Sexta Câmara Cível**

**VOTO**

Antes de apreciar a questão meritória, passo a analisar as preliminares arguidas pelos apelantes.

**1- PRELIMINAR DE CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO**

Alegam os apelantes que para comprovar a liquidez e a certeza dos extratos mensais é necessário que o banco apelado os apresente com a demonstração de todos os lançamentos durante o período em que durou o contrato.

Ocorre que a carência de ação é definida quando não há a possibilidade jurídica do pedido, legitimidade de partes e interesse processual, conforme determina o art. 267, VI<sup>1</sup> do CPC.

No caso dos autos, tem-se que a ação executória encontra-se embasada em título executivo extrajudicial, que possui certeza e liquidez, razão pela qual **rejeito a preliminar suscitada**.

---

<sup>1</sup> Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:  
VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;

*f*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

235,

**2-PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA**

Alegam os apelantes que não lhe foi oportunizado pelo juízo singular a prova pericial pleiteada.

Contudo, verifica-se da análise do título que a juíza singular formou seu convencimento com observância das cláusulas do contrato firmado pelas partes, o que se mostra suficiente ao julgamento da lide. Assim, **rejeito a preliminar suscitada.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Fernando Martins

236

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0301722-1**

**APELANTE: DISK ELETRICIDADE LTDA E OUTROS**

**APELADO: BANCO SANTANDER S.A.**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**3-MÉRITO**

A presente lide tem origem na execução de título extrajudicial da cédula de crédito bancário nº 3124000000190300424, no valor de R\$ 341.083,02, a ser paga em 60 parcelas mensais, com início em 15/04/2011.

Verifica-se dos autos que, com o inadimplemento dos apelantes foi gerado o débito pleiteado no valor de R\$ 395.554,37 (trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Primeiramente, tem-se que a discussão acerca da limitação constitucional dos juros já se encontra superada, em face da revogação do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, que amparava tal limitação, pela Emenda Constitucional 40, de 29 de maio de 2003. Cabe esclarecer, também, que, com a edição da Súmula 596 do STF<sup>2</sup>, as disposições do Decreto 22.626 de 1933 (Lei da Usura) não mais se aplicam às instituições que integram o sistema financeiro nacional, bem como não há o que se falar em limitação dos juros de remuneração do capital com base no novo CC.

Conclui-se pois, que, não obstante a observância do Código de Defesa do Consumidor, há licitude dos juros avençados em contratos bancários, não havendo qualquer óbice legal para a pactuação acima de 12% a.a., quando envolvidas instituições financeiras.

Cumpre, ainda, salientar que, segundo o entendimento pacificado do Colendo STJ, os juros remuneratórios cobrados são devidos de acordo com a taxa contratada; salvo se comprovado, *in concreto*, que são abusivos, assim entendidos aqueles que discrepem significativamente da média praticada no mercado. A teor da Súmula 382/STJ, "a estipulação de

<sup>2</sup> Súmula n.º 596 do STF: "As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional."  
CVS

*J*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Fernando Martins

237

juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade".

Nesta esteira, a alegação de abusividade dos juros deve ser, cabalmente, demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o fato da estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período.

No que se refere à capitalização mensal, tem-se que esta é perfeitamente válida nos contratos efetuados após a edição da MP 1.963-17, de 30.03.2000 (atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2000), desde que haja previsão contratual, como no caso dos autos.

Constata-se, também, que, não obstante ter o apelado, nos autos da ação de execução em apenso, afirmando que o crédito pleiteado compreendia juros, comissão de permanência, taxas e demais encargos, verifica-se que o título não prevê a cobrança de comissão de permanência, bem como que esta não foi levada em conta na planilha de débito anexada pelo banco credor, como bem observou o juízo singular.

Constata-se dos autos, ainda, que não houve cobrança de taxa de abertura de crédito (TAC).

No tocante à multa de 2%, esta foi aplicada corretamente, diante da previsão contratual.

Descabida a compensação de valores e a restituição em dobro, diante da manutenção das cláusulas pactuadas.

Ademais, ressalta-se que os apelantes não apresentaram impugnação específica, fizeram alusões genéricas.

Com tais considerações, **nego provimento ao apelo**, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



228.

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

Apelação Cível nº 0301722-1

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço esses autos conclusos ao  
Des. José Carlos Patriota Malta.

**DESPACHO**

- R. hoje. Revistos,
- À Pauta.
- Recife, 27 de agosto de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. C. Patriota', written over the printed name of the judge.